



MPV 765
00297

CÂMARA DOS DEPUTADOS

MEDIDA PROVISÓRIA N° 765, DE 2016. (Do Poder Executivo)

Altera a remuneração de servidores de ex-Territórios e de servidores públicos federais; reorganiza cargos e carreiras, estabelece regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões, e dá outras providências.

CD/17160.11474-43

EMENDA MODIFICATIVA

O art. 9º da Medida Provisória nº 765, de 2016, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 9º Os servidores ativos somente perceberão o Bônus de Eficiência e Produtividade na Atividade Tributária e Aduaneira quando em efetivo exercício no cargo durante, pelo menos, metade do período de apuração.

§ 1º Para fins da apuração do tempo mínimo de que trata o *caput*, não serão considerados os afastamentos ou as licenças:

I - para atividade política; e

II - não remuneradas.

§ 2º Na hipótese de mudança de nível de percentual nas



CD/17160.11474-43

Tabelas dos Anexos III e IV durante o período de apuração, o valor individual do Bônus de Eficiência e Produtividade na Atividade Tributária e Aduaneira será pago com base no percentual correspondente ao nível de percentual em que tenha permanecido a maior parte do período, ou, em caso de empate, o nível de maior percentual.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Não se justifica a supressão de importante parcela remuneratória dos servidores que estejam afastados para exercício de mandato político, haja vista tratar-se de direito garantido pela Constituição Federal e pela legislação infra legal pertinente, além de constituir a expressão máxima do exercício de uma cidadania ativa.

A Constituição Federal, em seu artigo 38, incisos II e III, garante aos servidores públicos, investidos em mandato eletivo municipal, a manutenção integral da remuneração. Além disso, o inciso IV do mesmo artigo da CR garante aos servidores, afastados para exercício de mandato eletivo, a contagem do tempo respectivo como de efetivo exercício.

No caso dos integrantes dos cargos efetivos da Carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil, em particular, o artigo 26 da mesma Medida Provisória nº 765/2016 prevê que sua remuneração passa a ser constituída por vencimento básico mais as parcelas previstas em lei.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Finalmente, devemos frisar que esta emenda também visa restabelecer parte do texto do substitutivo ao Projeto de Lei nº 5.864/2016, aprovado em Comissão Especial da Câmara dos Deputados instituída para sua apreciação, após amplo debate.

Ante o exposto, espero contar com os ilustres pares para a aprovação da emenda.

Sala da Comissão, 7 de fevereiro de 2017.

Deputado Jovair Arantes

PTB/GO

CD/17160.11474-43